

TERMO DE REFERENÇA

Município de Tramandaí

Secretaria da Saúde

Necessidade da Secretaria: contratação de empresa para a realização de serviços de Reforma com Acréscimo da área de 52,40 m², da USF PARQUE dos PRESIDENTES, com fornecimento de material e mão de obra.

Local: Avenida Ernesto Geisel, esquina com a Rua Avelino Silva Aguiar – Tramandaí – RS

Proprietário: Prefeitura Municipal de Tramandaí – Secretaria da Saúde.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a realização de serviços comum de Engenharia, a pedido da Secretaria da Saúde, da necessidade de reforma do prédio, com acréscimo da área de 52,40 m², para instalações da sala de vacina e da sala de curativos, aumentos da sala de recepção e da área de circulação, implantação de novo sistema de esgoto e pavimentação do pátio de estacionamento com bloquetes.

1.2-Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3-O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro) meses a partir da data da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4-O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no memorial descritivo e planilhas orçamentárias

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta, é a contratação de empresa especializada para realização dos seguintes serviços:

1. SERVIÇOS PRELIMINARES;
2. FUNDAÇÕES + SUPRAESTRUTURA;
3. ALVENARIA;
4. REVESTIMENTOS;
5. PAVIMENTAÇÃO; 5.1 – PISOS INTERNOS;]
5.2 -PÁTIO E ESTACIONAMENTOS.
6. ESQUADRIAS – EXTERNAS (JANELAS), PORTAS INTERNAS e PORTÕES;
7. INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIOS;
8. CAIXAS DE INSPEÇÃO;
9. PLUVIAL;
10. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
11. TELEINFORMÁTICA;
12. PINTURAS;
13. COBERTURA.

- Todos os serviços previstos deverão ser executados em conformidade com o Memorial Descritivo, apresentado anexo.
- Todos os materiais, ferramentas e mão de obra utilizados serão fornecidos pela empresa contratada;
- O prazo de execução é de 04 (quatro) meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1- A empresa contratada deverá seguir as diretrizes da lei municipal nº (3199/2011), que institui o Plano Integrado de Resíduos da Construção Civil (RSCC) do município de Tramandaí, em obras (novas construções ou reformas).

Trata-se de obra de porte mediano de demolição / remoção, no intervalo de 0,501 m³ a 50,000 m³ de entulho no local, por esta quantidade, sendo necessário a apresentação de plano de

gerenciamento de resíduos da construção civil em seu formato SIMPLIFICADO, conforme art. 21 da lei municipal nº 3199/2011.

A retirada de entulhos da obra deverá ser executada pela contratada, por empresa registrada e com licença nos órgãos ambientais, bem como o destino dos resíduos deverá ser para local licenciado pelos órgãos ambientais.

Antes de ser iniciada a obra a contratada deverá apresentar a fiscalização da Prefeitura Municipal a ART de execução, e declaração ambiental referente ao plano SIMPLIFICADO de gerenciamento de PRSCC aprovado e o diário de obra.

Subcontratação

4.2- Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 Haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões da natureza do objeto, constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4 Há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte demanda:

5.1.1 Início da execução do objeto: 07 dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2 Todos os materiais, ferramentas e mão de obra utilizados para o cumprimento do objeto, serão fornecidos pela empresa contratada;

1 Serviços Preliminares

Deverá ser instalada placa de obra no padrão fornecido pela Secretaria de Obras, devidamente fixada em estrutura de madeira.

A área da obra deverá ser limpa e isolada com a utilização de tapumes de compensado (espessura de 10mm) ou costaneira de pinho ou fita de isolamento, de forma a evitar o acesso de pessoas estranhas ao local. O tapume deverá possuir boas condições de acabamento e rigidez suficiente para evitar danos com pedestres, ventos e outros.

- Demolição de paredes e platibandas conforme projeto em anexo.
- Recuperação de reboco externo/interno nos locais que apresentarem defeitos construtivos (quebra ou fissura). Aplicação de selador nos locais restaurados

2 FUNDAÇÕES +SUPRA ESTRUTURA (PILARES E CINTA)

2.1 Fundações

As fundações serão executadas de acordo com descrito neste memorial estrutural composta de micro estaca $d = 25$ cm com $h = 2,00$ m, sapatas armadas 50x50x40 com ferro armado 10mm(gaiola), vigas de fundação executada em concreto usinado (20mpa) ou convencional nas dimensões de no mínimo 0,20x0,30 m com 02 barras superiores de 10mm e inferiores com 03 barras diâmetro 10mm com estribos cada 17cm. Sobre a referida cinta deverá ser feita à impermeabilização asfáltica com quatro demãos (faces laterais e superiores). As armaduras das vigas deverão ter o cobrimento mínimo de 4,0 cm.

O alicerce deverá elevar-se em relação ao nível do terreno de maneira com que o piso fique nivelado com o piso do prédio existente.

Obs. A escavação da viga baldrame está inclusa no valor do item na planilha orçamentária. (Viga baldrame).

2.2 Supra estrutura

Será composta de pilares com dimensão 20x20cm compostas de 04 barras diâmetro 10mm e estribos diâmetro 5mm a cada 15cm, vigas superiores dim. = 0,2x0,3 m compostas com 02 barras superiores de 10mm e face inferior com 03 barras diâmetro 10mm com estribos cada 17cm.

3 Alvenarias

As alvenarias internas e externas serão executadas em tijolos 06 furos e terão espessura de 15 e 20 cm respectivamente conforme projeto arquitetônico. Os tijolos serão assentados em contra fiada com argamassa de cimento, cal e areia. As juntas terão no máximo 1,5cm e deverão ser preenchidos com argamassa.

Deverá ser executada vergas em todas aberturas existentes conforme projeto arquitetônico.

Obs: A fiscalização exigirá alvenaria de 1º qualidade e deverá ser apresentada amostras antes da execução das paredes.

4 Revestimentos

As argamassas de revestimentos deverão ter a seguinte composição e espessuras:

- a) Chapisco – traço 1:3 cimento e areia – espessura 5mm
- b) Emboço – traço 1:1:5 cimentos, cal e areia – espessura 10mm a 15mm
- c) Reboco – traço de 1:1: 4 cimentos, cal e areia fina – espessura mínima de 5mm e máxima de 7mm.
- d) Cerâmica PEI-5 CLASSE A Piso /Parede fixados com cimento cola, devidamente rejuntados conforme preceitos da construção civil conforme projeto anexo.
- e) Soleiras e pingadeiras granito cinza

Obs: Todo material de revestimento deverá ser aprovado pelo Dep. de engenharia, antes da colocação dos mesmos.

5 Pavimentação

5.1 Pavimentação dos pisos internos

- Uma camada de 10 cm de brita nº 1 ou 2; areia 10cm.
- Contra - piso uma camada de 7 cm de concreto Traço 1:3. (Malha de Ferro d=4,2cada 20cm)

O piso cerâmico terá dimensões 45x45cm, PEI 5, classe A (de fácil remoção de manchas), colocado com padrão a ser previamente aprovado por este setor, azulejo 40x40 cores a serem definidas pela fiscalização.

5.2 Pavimentação do pátio e do estacionamento de veículos em bloco intertravado esp.: 6cm

Será executada Pavimentação em blocos de concreto intertravado”, - com espessura de 6cm - FCK 25 Mpa, assentados sobre colchão de areia fina de 5,00 cm de espessura.

A pista pavimentada será delimitada por meio-fio pré-moldado, o meio fio servira para o confinamento e contenção do pavimento.

O assentamento de bloquetes ou PEVs deve ser executado sobre a base de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal do projeto.

Antes da aplicação da camada de areia, deverão ser realizadas as seguintes tarefas na superfície: Fazer inspeção visual em toda a área para confirmar se as

condições da superfície da base estão boas. Iniciando a colocação dos blocos intertravados pela extremidade mais alta (de preferência), pois fica mais fácil determinar o caimento natural até a extremidade mais baixa, verificando sempre o nível, ajustando cada uma das peças com um martelo de borracha.

Se houver necessidade de acabamento deverá ser utilizado ferramentas rotativas para o melhor acabamento das peças.

O rejunte de bloquetes, será executado com areia lavada e peneirada com a finalidade de vedar os vazios existentes entre os bloquetes.

Após o assentamento dos bloquetes e rejuntamento, o pavimento deverá ser compactado mecanicamente, através de placa vibratória em toda a área pavimentada.

Não deverá ser lavado imediatamente pois essa ação pode culminar num acomodamento disforme, prejudicando o alinhamento ou o nivelamento da superfície.

A liberação da pista para tráfego deverá ocorrer no mínimo 24 horas após a conclusão dos serviços.

Deverá ser feita uma camada de assentamento constituída de areia (compactada) na espessura de 2 a 3cm. A camada de assentamento deve ser executada todo o preparo do terreno estiver concluído e em pequenas extensões à frente da linha de assentamento, para evitar a circulação de veículos e pessoal.

A camada de pavimentação é constituída pelas peças de concreto. Na colocação das peças, o assentador deve movimentar-se sobre a área já assentada, posicionando as novas peças contra as já assentadas. Nesta etapa, deve ser controlada a distância entre as peças (2 a 3 mm) e o alinhamento, o acabamento junto ao meio-fio deve ser feito com peças de concreto serradas. Finalizando o assentamento as peças devem ser preenchidas com a instalação das contenções laterais, para os blocos não deslizarem. As peças deverão atender os seguintes requisitos:

- Nivelamento e compactação da base com brita graduada simples ou bica corrida, que são grãos de pedras;
- Nivelamento da areia de assentamento;
- Colocação das peças, alinhamento, cortes e ajustes;
- Ajustes, espalhamento e rejunte com areia;
- Compactação final;
- Limpeza.

6 Esquadrias

As esquadrias externas, (janelas), serão de alumínio anodizado cor branca ou alumínio, com vidro transparente 4mm

- A estrutura deverá ser de alumínio. pintura eletrostática cor branca ou alumínio, caixilhos de no mínimo (7 a 10cm de largura) com espessura mínima de 3mm, devidamente chumbados nas

paredes. As dimensões devem seguir o projeto arquitetônico. Sendo que as janelas das novas salas deverão ser compostas de vidros 4mm fixos nas laterais e de correr (com sistema de roldana interna) na parte central da estrutura. Na parte externa deverá ser executado gradil de proteção em alumínio com espessura e diâmetro compatível com a área do vão. Toda estrutura da esquadria e a colocação das mesmas deverá seguir as normas (NBR e ABNT). A empresa vencedora deverá apresentar o modelo da janela para prévia aprovação do departamento de engenharia.

- Portas internas: Alumínio anodizado branco com dimensões com projeto, com ferragens. (fechaduras e dobradiças inox) e porta principal de vidro temperado 8mm

- Portões com ferro galvanizado (com fechaduras) instalados.

7 Instalações Hidrossanitárias

As instalações para água fria serão executadas com emprego de tubos de PVC, classes 15 (marrom), o mesmo valendo para as conexões (ver projeto básico). As instalações sanitárias serão executadas com tubos e conexões com PVC classe 8 (branco). Usar ralos e caixas de gordura, tubos de ventilação conforme projeto. Os tubos e conexões utilizados terão diâmetro conforme projeto.

Deverão ser realizados testes de estanqueidade. Os tubos de queda pluvial e ventilação deverão ser ocultados com enchimento em argamassa. Observar caimento do piso para os ralos de 1,5%.

Está incluso no valor da planilha orçamentária colocação de reservatório de fibra, bem como todos componentes hidráulicos (registros de metais conexões, pias e torneiras de metais para o funcionamento do sistema em geral.

8 Caixas de Inspeção

Nas mudanças de direção do fluxo de esgoto deverão ser executadas caixas de inspeção, que receberá as águas servidas e imundas e terá as dimensões de 60x60x50cm com fundo e tampa de concreto, a fim de que seja permitida a inspeção, limpeza e desobstrução das tubulações. Estas serão executadas com alvenaria de tijolos maciços e terão tampa removível em concreto armado.

9 Pluvial

Utilizar calhas, algerozas (alumínio) tubos de quedas PVC, que possibilitem a estanqueidade da cobertura e retirada das águas pluviais de forma eficiente e para escoamento na sarjeta. E, ou esgoto pluvial.

Sistema de fossa, filtro de polietileno (Fibra) dim. 1100lt, sumidouro(6,00x1,00x1,00) com tijolos maciços com dimensões conf. Planilha orçamentária.

10 Instalações Elétricas

As instalações elétricas deverão obedecer a NBR 5410, e padrão da concessionária CEEE.

Quaisquer dúvidas referentes as instalações elétricas e ao projeto deverão ser encaminhadas aos técnicos do Departamento de Engenharia.

10.1 Tomadas

Deverão ser do tipo embutir colocados a 30 e 110 cm do chão, com aterramento padrão ABNT (3P), conforme planta em anexo.

10.2 Interruptores

Deverão ser do tipo simples, duplo, triplo, paralelo, de embutir, completos, padrão ABNT, sendo colocadas a 110 cm do chão.

10.3 Luminárias

Uso interno: Tipo Plafon em PVC, modelo a ser definido, rosca E-27, potência nominal 60W.

Uso externo: Luminária pública LED 150W, bivolt.

10.4 Lâmpadas

Para uso interno: Lâmpadas LED tipo bulbo, potência mínima de 25W, bivolt.

10.5 Disjuntores

Disjuntores termomagnético, mono, bi ou tripolar conforme projeto em anexo norma IEC, curva B.

10.6 Centro de Distribuição (CD)

Podem ser metálicos ou em PVC, de embutir, com barramentos 3F+N+T, com espaço para disjuntor geral e dimensões conforme quadro de cargas em anexo.

10.7 Fiação

Deverão ser utilizados fios rígidos ou cabos com dimensões mínimas de #2,5 mm² para os circuitos internos, antichama, 750V para os circuitos instalados em alvenaria, e classe 0,6/1kV para os circuitos em instalação subterrânea, todos com selo INMETRO.

10.8 Tubulação

Deverão ser utilizados eletrodutos em PVC com diâmetros 50, 40, 25, 19 e 15 mm, padrão ABNT.

10.9 Aterramento

O aterramento será um anel no entorno da escola com cabo de cobre nu #35 e 50,0mm², e hastes de aço cobreado.

Todas as tomadas, equipamentos elétricos, e luminárias deverão possuir aterramento.

10.10 Caixas de Alvenaria

Serão confeccionadas em tijolo maciço, rebocadas internamente. A tampa será em concreto armado com acabamento igual ao do piso. As dimensões estão especificadas em projeto.

10.11 Medição de energia elétrica

A medição de energia elétrica será uma caixa de policarbonato (padrão CEEE) instalada em poste de concreto. A medição será direta e trifásica com disjuntor 3x100A.

11 Teleinformática

Para os pontos telefônicos serão tomadas RJ-11. Para os pontos de lógica serão tomadas RJ-45. O cabo para telefone e lógica será do tipo UTP categoria 5E, 4 pares.

12 Pinturas

O serviço de pintura seguirá rigorosamente as especificações dos fabricantes das tintas. Deverá ser aplicada uma demão de selador sobre os rebocos de parede e estrutura. Sobre o selador serão aplicadas 02 ou mais demãos de tinta acrílica. (PREMIUM)

Após o reboco totalmente regularizado e seco deverá ser aplicada 02 demãos de tinta acrílica semibrilho, de ótima qualidade (PREMIUM), com cores a serem definidas pela fiscalização. Cada demão deverá ser contínua com espessura uniforme e livre de escorrimentos. Todas esquadrias portas de madeira e portões de ferro galvanizados deverão ser pintadas em tinta esmalte (02 demãos)

Os escorrimentos e pingos de tintas ou argamassa que por ventura ocorrerem, deverão ser removidos no momento da aplicação.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a antecedente estiver completamente seca. O resultado final deverá apresentar bom acabamento, para isso serão necessárias no mínimo duas demãos de aplicação da pintura. O material a ser utilizado na pintura deverá ser de primeira qualidade e previamente aprovado pela fiscalização.

13 Cobertura

A cobertura será executada com telhas de fibrocimento, com espessura de 6 mm sobre estrutura de madeira ancorada sobre a paredes existentes, as telhas deverão ser bem fixadas tendo em vista ser uma região de fortes e intensos ventos. A estrutura de madeira será tratada contra cupins.

Os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada na modalidade a ser definida pelo dep jurídico da PMT, com critério de julgamento por menor preço, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da

licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021:

- Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único. Também será exigida a certidão de registro/quitação junto ao CREA / CAU dos responsáveis técnicos.

- Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos.

Não será permitido a contratação de empresas em consórcio e a subcontratação pela empresa vencedora.

Para a execução desses serviços não é necessário que a empresa abra matrícula junto ao INSS.

O prazo de execução é de 04 (quatro) meses.

Fiscalização e recebimento dos serviços: a administração pública fiscalizará obrigatoriamente a execução das obras e serviços contratados, para verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo observadas as especificações e demais requisitos do edital de licitação.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 6.3 As comunicações entre a Secretaria e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato, a Secretaria de Educação poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº14.133 de 2021, art.117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI)
- 6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.9 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.1.1 não produzir os resultados acordados,
- 7.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme as solicitações, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilhas de medição.

7.2.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.2.4 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento.

7.2.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.2.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em

relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4 Os serviços serão recebidos por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.10 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme a documentação abaixo mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de pagamento

7.11 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.12 Forma de pagamento

7.13 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado conforme orientação do dep jurídico, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço

8.2 Regime de execução

8.3 O regime de execução do contrato será empreitado por preço unitário dos serviços realizados, previstos nas planilhas elaboradas pela administração.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.4 Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.4.1 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº14.133/2021);

8.5 Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será o valor global.

8.5.1 valor global: conforme valor estimado da licitação

Exigências de habilitação

8.6 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

.

Qualificação Técnica

8.7 Prova de Registro através de Certidão, da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em plena validade.

8.8 Prova de Registro através de Certidão, do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -CREA / Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU em plena validade.

8.9 Os certificados de Registro exigidos nos subitens 8.26 e 8.27, se registrados em outros estados deverão ser apresentados:

8.10 Visitados pelo CREA-RS / CAU no momento da assinatura do contrato para obras e serviços superiores a 180(cento e oitenta dias)

8.11 Registrados pelo CREA-RS / CAU no momento da assinatura do contrato para obras e serviços inferiores a 180(cento e oitenta dias)

8.12 O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.13 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/CAU.

8.14 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15 Na apresentação dos atestados de Capacidade Técnica a serem fornecidos pelas empresas no processo licitatório serão analisados. Atestados com no mínimo 50% (do quantitativo proposto). Será analisado atestados de execução de no mínimo:) ,Alvenaria Bloquete Reboco

8.16 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma módulos de concomitante.

8.16.1 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$179.006,22(cento e setenta e nove mil e seis reais e vinte e dois centavos) conforme custos unitários apostos na planilha em anexo.

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação têm adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de

diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o que dispõe o art. 16, II, da lei complementar nº101/2000

Tramandaí, 31 de julho de 2024